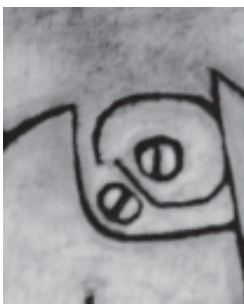


Discutindo o Conceito de Promoção de Saúde no Trabalho do Psicólogo que Atua na Educação

Este artigo discute a atuação do psicólogo na educação, na perspectiva da promoção de saúde, entendida como uma construção histórica do homem que se relaciona com seus modos de vida, indo além do binômio saúde/doença. Nessa perspectiva, as ações do psicólogo na educação enfatizam o compromisso ético e político do acesso à educação enquanto um bem cultural fundamental para a *construção da cidadania* das crianças e jovens brasileiros, entendida como um projeto de promoção de saúde.



Paul Klee

**Maria de Lourdes
Jeffery Contini**

Professora Adjunta do
Departamento de
Psicologia
Centro Universitário de
Corumbá/CEUC
Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul/UFMS
Doutora em Educação
pela UNICAMP
Coordenadora do
Centro de Referência e
Estudos da Infância e
Adolescência/
CREIA/UFMS

46

Neste artigo pretendo realizar algumas reflexões sobre o conceito saúde, no trabalho do psicólogo que atua na Educação. Tais discussões estão baseadas na pesquisa, por mim realizada¹, junto a psicólogos que, na época estavam desenvolvendo seu trabalho na Educação, apontando esta atuação, para uma perspectiva da promoção de saúde que redimensiona o próprio conceito de saúde.

Esta nova dimensão implica na modificação das práticas atuais, as quais refletem uma conceituação de saúde restrita, caracterizada pela ausência de doença. Algumas das conseqüências advindas dessa conceituação foram os alarmantes diagnósticos sobre o fracasso escolar que delinearão uma patolo-

gização do fenômeno da aprendizagem no âmbito educacional. A Psicologia veio fornecer o respaldo de cientificidade para uma situação ideologicamente definida, isto é: um sistema que cria uma escola que exclui necessariamente um profissional que explique a exclusão dessas pessoas.

Dentro desse contexto foi possível observar que, já há algum tempo, o papel do psicólogo que trabalha na Educação vem sofrendo profundas críticas, no que se refere à sua atuação marcadamente clínica, numa transposição linear e direta de um modelo que privilegia, na maioria das vezes as causas intrapsíquicas em detrimento das causas interpessoais. Essas críticas tomaram corpo,

principalmente na década de oitenta, quando começaram a surgir trabalhos que discutiram a atuação do psicólogo na Educação, tais como os de Machado et al. (1982), apontando as dificuldades do psicólogo em desenvolver o seu trabalho na escola; Andaló(1984) que também discutia a questão do papel do psicólogo escolar; Patto(1984), ao fazer uma relação entre Sociedade, Educação e Psicologia Escolar; e os trabalhos da década de noventa, como os de Grandella(1990) e Maluf(1992), já delineando os descompassos na atuação do psicólogo escolar.

Esse movimento de críticas apontadas, não só na própria Educação, como também no interior da Psicologia, propiciou reflexões entre esses profissionais. Tais reflexões buscaram verificar desde a relevância social da profissão até a revisão dos paradigmas teóricos que vinham sustentando essas “performances”. Porém, seria ingênuo imaginar que todo esse movimento de idéias apareceu isoladamente; ele, na verdade, é parte de todo um questionamento atualmente presente na Psicologia enquanto Ciência, dentro de seus diferentes paradigmas, assim como nos contornos assumidos como uma profissão.

Um exemplo dos resultados que já aparecem dessas reflexões é a definição da atuação do psicólogo, hoje, enquanto um profissional de saúde, entendida está “saúde”, agora, não apenas como ausência de doença, mas na direção de uma “Psico-Higiene”, apontada por Bleger(1992) definindo a saúde dentro de um sentido mais amplo, de bem estar geral. Nesta perspectiva caberia ao psicólogo ser um “promotor de saúde” da população.

Rey (1993) discute a trajetória da conceituação de saúde, mostrando que, ao longo do tempo, tal conceito esteve ligado ao modelo semiológico descritivo, que concebe a saúde como “ausência de sintomas”. Segundo o autor, essa ótica separou a saúde somática, da saúde mental. Considerando tal conceituação equivocada, Rey descreve que a saúde é um complexo processo qualitativo que define o funcionamento completo do organismo, integrando-se de forma sistêmica, o somático e o psíquico que formam uma unidade, onde o que afeta um irá atuar necessariamente sobre o outro.

Nessa perspectiva, as condições sociais estão intimamente ligadas ao desenvolvimento da saúde, na medida em que toda sociedade é composta por organizações sócio-econômicas e estas acabam determinando o modo de vida dos homens presentes em cada grupo social.

A promoção de saúde define-se, então, por uma visão sistêmica de saúde, compreendendo que fatores relacionados ao modo de vida dos homens estarão atuando de forma direta nas reais possibilidades de uma vida saudável ou não. Com isso, a concepção de saúde é ampliada para além dos limites da ausência de doença e está ligada aos vários aspectos que estão presentes na vida do homem, como moradia, lazer, educação, trabalho etc. Será o equilíbrio desses componentes da vida diária que irá formar o grande mosaico da saúde humana.

No campo específico da atuação da Psicologia na Educação, esse novo conceito de saúde já aparece nos debates. Martínez (1996) exemplifica a escola, como um espaço vital para a promoção de saúde, destacando que tal promoção é uma função do conjunto da sociedade e das suas instituições. Segundo a autora, esta nova concepção de saúde possui uma íntima relação com o processo educativo. A partir dessa concepção podemos analisar o papel da escola, como uma das instituições básicas da sociedade, no processo de desenvolvimento da saúde.

Bock e Aguiar(1995) discutem tal questão, considerando que o principal objetivo da Psicologia é a promoção da saúde. Segundo as autoras, **“o psicólogo é um profissional que deve trabalhar para a promoção da saúde, superando a prática da prevenção”(p.10)**. Sem negar o aspecto curativo da Psicologia, as autoras apontam que é necessário ir além de tal prática, visto que a prática preventiva traz, no seu interior, a visão da patologia, cuja lógica é: a necessidade constante de desenvolver ações que previnam o aparecimento das doenças. A mudança do enfoque passa, então, para um trabalho que não mais enfoque a doença, mas sim a saúde.

Outra questão importante, dentro do projeto de promover saúde na Educação, é o reconhecimento de que a Psicologia, por si só,

1 - CONTINI, M. L. J. (1998) **O Psicólogo e a Promoção de Saúde na Educação**. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas.

não dá conta do complexo fenômeno humano, devendo portanto realizar intercâmbios com outras áreas do conhecimento, tanto na produção de novos saberes, como na atuação profissional. Começa dessa forma a surgir um profissional preocupado com a busca de interlocutores que possibilitem uma visão mais ampla e completa do seu objeto de estudo, assim como o seu papel profissional, na sociedade.

O Psicólogo e a Sua Função Social

Hoje já aparece uma preocupação muito forte, entre vários psicólogos, com a construção de uma atuação fortemente aliada na direção, de uma ética apontada para a transformação social, com um profissional inserido, cada vez mais, nas questões do nosso tempo e profundamente comprometido com um trabalho que possa promover a saúde da população, ou seja, um profissional buscando dar um sentido político às suas práticas profissionais demarcando mais claramente a sua função social.



Este processo avança na medida haja uma clareza maior da estreita relação entre Ciência Psicológica e Sociedade. Para Camino (1998) *“(...) as diversas teorias e práticas psicológicas cooperam diferentemente na construção da cidadania e no destino da humanidade(...) por sua natureza, todo conjunto de conhecimentos e práticas da Psicologia refere-se, de alguma maneira, à concepção do que é*

o Indivíduo e a Sociedade e portanto relaciona-se também com o processo de construção da consciência coletiva dos direitos da humanidade” (p.47-48). Portanto, podemos afirmar que não existe uma prática profissional “neutra” ou “ingênua”, existe sim, um projeto de sociedade que sustenta determinadas ações dentro de um contexto histórico.

A inserção social do trabalho do psicólogo, dentro do foco educativo e de promoção de saúde, têm demonstrado, na sua concretude, uma crescente preocupação com as questões ligadas à Cidadania, Estado de Direito, Exclusão Social e Escolar, enfim, passando a entender que não existe uma ação “neutra” e que toda ação é sempre mediada pelas questões éticas e políticas.

Com isso, é necessário que o profissional compreenda cada vez mais que tais determinações encontram-se inseridas no contexto contraditório das relações sociais, em que a Educação é um importante mediador destas práticas sociais.

A Instituição Educacional: Espaço de Conhecimento e Atuação Profissional

Para podermos compreender as relações institucionais, é fundamental apreender os mecanismos que as engedram e as constituem, pois será o conhecimento destes mecanismos que irão apontar o movimento entre instituição e as relações produzidas em seu interior, desenhando o micro universo de uma determinada estrutura social e histórica, onde um constitui o outro.

A atuação do psicólogo nas instituições educativas, na perspectiva de promover saúde, deve ser o de um interlocutor atento, que propicie o conhecimento da dinâmica institucional, por parte da comunidade que a compõe, com o objetivo de favorecer a integração daquela comunidade. Este processo de integração pode fazer com que o indivíduo se aproprie dessas complexas relações, o que poderia possibilitar a construção de projetos que valorizem as “relações humanas”, entendidas como espaços de mediações sociais.

O conhecimento das relações institucionais, cuja dinâmica é atravessada por afetos, pode criar um espaço de promoção de saúde, ao possibilitar a ruptura dos comportamentos cristalizados, emergindo o sujeito intencional, ou seja, aquele que está cômico das suas ações e pode, dessa forma, colaborar com a alteração do curso dos fatos e da estrutura institucional. Para a Psicologia, a dinâmica institucional, torna-se, cada vez mais, um campo fundamental para estudar e conhecer o impacto da vida laboral e seus efeitos psíquicos e psicossomáticos na vida do trabalhador.

A Psicologia do Trabalho vem acumulando contribuições teóricas importantes, sobre as relações presentes nas instituições, e a sua influência sobre diferentes personagens que compõem esse espaço. Zanelli (1994), em sua tese de doutorado, realizou um interessante estudo sobre os movimentos emergentes na prática do psicólogo das Organizações no Brasil. O autor revê, através da literatura sobre o tema, a evolução dessa área da Psicologia e descreve os diferentes momentos que traçaram essa trajetória, identificando que **“(...) o objeto de estudo da Psicologia Organizacional encontra-se na interseção das ações da pessoa e da organização, como um todo complexo, dinâmico e inserido em uma ampla conjuntura (p.83)”**.

A questão da saúde do trabalhador também é uma preocupação presente na atuação do psicólogo junto às instituições. Sato (apud Zanelli, 1996) denuncia uma visão de saúde restrita à ausência de doenças profissionais e contrapõe com uma visão mais ampla, na direção da subjetividade e do conhecimento prático dos trabalhadores, na qual a Psicologia pode oferecer recursos teóricos e metodológicos importantes para tal tarefa. Por outro lado, a grande contribuição que este momento pode trazer para a Psicologia é o de reconhecer, segundo Spink(1992), a necessidade de encontrarmos uma mediação conceitual **“(...) entre o nível macro(epidemiológico) e o nível micro (do tratamento individual) que facilitaria a prática no contexto imediato do trabalho”(p.93)**.

Para Zanelli(1996) **“(...) os psicólogos devem ser agentes de mudanças. Ser agentes de mudanças pressupõe relacionamento, participação, comunicabilidade, aceitação e poder de fluência. As mudanças devem começar no próprio psicólogo(p.138)”**. Ressalta ainda que o trabalho deve estar focado na perspectiva de uma promoção de saúde dos sujeitos envolvidos naquela instituição, e acrescenta: **“(...) como profissional da saúde, o psicólogo deverá ser capaz de acompanhar e responder às demandas sociais e políticas pela melhoria de vida no trabalho(p.139)”**.



O grande desafio parece ser o de lidar com questões ligadas a aspectos individuais (micro) de forma contextualizada com instituição-sociedade(macro). No caso das instituições educacionais, o conhecimento das relações entre sociedade, educação e sujeito, é fundamental para a compreensão da instituição inserida na vida social. Somente com a clareza sobre esse contexto, será possível o psicólogo entender a especificidade desse espaço institucional e as relações que nele são construídas.

O grande desafio que se apresenta é o de criar, cada vez mais, espaços que, superando uma visão estritamente corporativa, possibilitem um maior intercâmbio entre o conhecimento gerado pela pesquisa e a prática profissional do psicólogo na Educação, buscando construir ações transformadoras dessa complexa realidade. A partir do conhecimento científico já acumulado, aliado

ao compromisso político de transformação social, será possível uma atuação mais voltada à construção de uma Educação de qualidade para todos.

O objetivo principal de tal ação deve ser o de garantir o direito à Educação com qualidade a todas as crianças brasileiras, entendendo a importância desse direito enquanto parte da humanização do homem, através do acesso aos bens culturais produzidos historicamente pela humanidade. Portanto, é importante o psicólogo participar, cada vez mais, dos debates sobre as instituições educacionais, para poder realizar um trabalho mais consequente, no nível micro institucional (atendimento individual), diante da complexidade do nível macro social (educação e sociedade). Como bem descreve Gomes(1995), *“(...) frente à realidade nacional, o psicólogo dedicado à área da Educação necessita, não só considerar os aspectos históricos e bases teóricas em que está sustentado o sistema educacional brasileiro, como estar preparado profissionalmente para determinar prioridades e definir sua atuação frente às demandas surgidas”*(p5). Não é uma tarefa fácil, porém necessária e urgente, especialmente diante do dramático fenômeno da *exclusão escolar*, adquirindo um significado especial, cuja responsabilidade coletiva, inclui também o trabalho do psicólogo, que deseja construir uma atuação na direção da promoção de saúde na Educação.

Construir uma perspectiva de promover saúde passa, necessariamente, pela revisão das práticas psicológicas que acabam por legitimar o processo da marginalização escolar. Machado e Souza(1997), ao discutir sobre o questão da exclusão escolar que culpabiliza a vítima, fazem um alerta aos psicólogos: *“(...) temos convicção de que não difundir críticas às concepções preconceituosas é compactuar com a exclusão de crianças, adolescentes e adultos do universo escolar, com todas as consequências sociais desse fato. Exclusão, sim, pois, (...) os encaminhamentos de crianças para atendimento psicológico e/ou médico selam destinos, trajetórias escolares. Desmontar a produção de esquema de resistência ao pensar, ao conhecer, ao criar, tem exigido muito trabalho e perseverança”*(p.36).

Podemos, então, afirmar que o trabalho que o psicólogo pode desenvolver junto às instituições educacionais passam necessariamente por um trabalho interdisciplinar, cuja clareza teórica deve-se desdobrar em metodologias, com o compromisso de realizar ações que viabilizem a promoção de saúde dos sujeitos que fazem parte de tais instituições, entendida como circunstâncias que envolvem o coletivo institucional no processo de reflexão. Conhecimento e ação, para o renovado, o reinventado por todos. O caminho ainda “está sendo feito”, não está completo, realizado, mas já dá mostras de que é possível construir uma prática profissional com o objetivo acima proposto.

A interdisciplinidade no trabalho do psicólogo na educação

Atualmente já aparecem preocupações, por parte de muitos profissionais, em aprender a atuar coletivamente junto com outros profissionais, seja no âmbito institucional ou nas atuações de caráter privado, buscando compreender e construir um trabalho de promoção de saúde dentro desse contexto interdisciplinar, pautado por questões teóricas em comum, que podem enriquecer o olhar em relação aos fenômenos educacionais.

Atuar com outros profissionais pode ajudar a romper com uma visão dominante entre os psicólogos de uma certa onipotência da Psicologia, compreendendo cada vez mais que é necessário ir além dos conhecimentos psicológicos, para facilitar a compreensão da complexa teia de relações presentes no cotidiano de uma organização social. O trabalho coletivo possibilita essa troca, através dos “diferentes olhares” para o mesmo fenômeno e pode, dessa forma, construir uma compreensão da totalidade do fenômeno estudado e observado.

Entendemos que, para discutir o trabalho coletivo, torna-se necessário trazer tal questão para o terreno da interdisciplinidade, terreno esse que tem sido foco de muitos debates. Nessas reflexões, aparece a importante contribuição dada por Severino(1995), que discutiu a relação entre o uno

e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber, apontando que tal tema não é novo na Filosofia; entende que o que comparece atualmente como novo é o sentido dado nessa relação, onde não se busca mais a polarização de um(uno) sobre o outro(múltiplo), nem tampouco o equilíbrio que elimine as tensões nessa relação. Para ele, o que parece ser fundamental é **“(...) o convívio das duas perspectivas de modo que poderíamos reafirmar(...) que o ser é uno e múltiplo ao mesmo tempo”(p.47).**

Além da discussão puramente epistemológica do tema, o autor descreve que o saber ultrapassa uma reflexão que aponte somente os nexos lógicos entre conceitos e relações formais obtidas com conhecimento de um determinado fenômeno e está fundamentalmente ligado a uma dimensão axiológica, composta pelas dimensões de natureza política e ética. Diz ele: **“(...) o saber tem também a ver com poder e não apenas com o ser e com o fazer”(p.47).**

Tal afirmação desvela as relações historicamente construídas pelo homem, através das mediações sociais entre o saber - construções teóricas - e o fazer - o contínuo processo de agir. Esse processo construído pela coletividade humana fez emergir a organização das sociedades, cuja constituição, ao longo da história, foi estabelecida através de um importante elemento: o poder, transformando a sociedade em sociedade política. O fortalecimento da sociedade política - poder - realiza-se através da aglutinação dos fatores econômicos e ideológicos para os quais convergem os elementos do saber e do fazer.

É nesse contexto que se torna possível compreender as relações de conhecimento e tecido social, pois será este tecido o gerador da existência humana e da produção do saber, permeado pelas questões ideológicas, presentes no contexto social. O movimento que aparece então é o constante embate entre o discurso ideológico, que objetiva legitimar determinadas relações de poder e o discurso contra-ideológico, que procura, através do exercício do saber, desvelar a alienação presente no primeiro discurso.

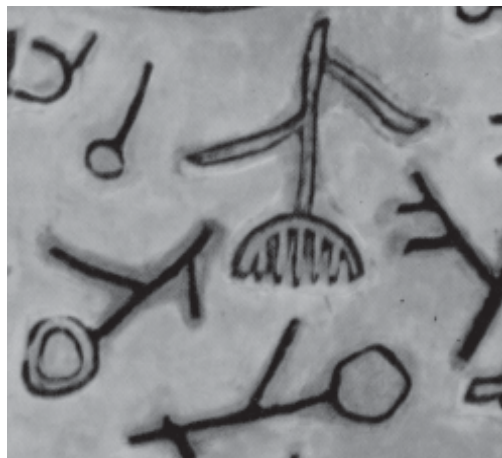
Para Severino(1995) **“(...) o saber, ao mesmo tempo, que se propõe como desvendamento dos nexos lógicos do real, se tornando então instrumento do fazer, propõe-se também como desvendamento dos nexos políticos, tornando-se instrumento do poder”**, o que aponta a importante dimensão da interdisciplinariedade do saber, na medida em que essa



postura irá contribuir para lidar com a complexidade da teia de relações que se estabelece na produção do conhecimento, sendo possível dizer que tal postura pode fortalecer a consciência crítica sobre a constituição do saber enquanto um instrumento de poder. Nessa perspectiva, o autor conclui que ser interdisciplinar é fundamental para o saber e entende que essa postura é uma exigência intrínseca, pois que

“(...) o saber, enquanto expressão da prática simbolizadora dos homens, só será autenticamente humano e autenticamente saber, quando se der interdisciplinaria-mente” (p.53)

Para Fazenda(1994), o pensar e o agir interdisciplinar estão ancorados na concepção de que nenhum conhecimento esgota-se em si mesmo, no sentido da completude do fenômeno estudado; por isso, a ação direciona para o diálogo, para a necessidade da interlocução com outras áreas do conhecimento, buscando, através dessa mediação, novas perspectivas da realidade e dos fenômenos estudados. Hoje, o caminho das interpenetrações das diferentes áreas do saber revela a angústia do nosso tempo: na divisão frenética das especializações do saber, as áreas acabaram perdendo de vista a totalidade do seu próprio objeto. Como nos aponta Capra(1982) ***“(...) a corrente principal das idéias se dividiu em dúzias de riachos (p.23)”*** e estamos diante do dilema de esgotar a própria fonte.



Parece inevitável que precisamos aprender a trabalhar com o outro, com o olhar diferente do nosso. Os desafios para a consecução dessa tarefa parecem estar em torno de duas questões principais: a primeira, é superar, dentro da própria Psicologia, o modelo conceitual que privilegia a monicidade do uno, cujo sujeito, segundo Sawaia(1995), torna-se um autista, construindo, então, um modelo que busque o ***“(...) homem de carne e osso, do sujeito vivente fazendo história e sendo***

feita por ela, o qual estava sendo perdido nas análises estruturalistas radicais”(p.97).

O segundo desafio está na construção de uma metodologia que possa delinear ações que superem o confronto de demarcar competências, no sentido corporativo de garantia de mercado de trabalho. Como afirma Morin(1985) ***“(...) o problema não está em que cada um perca a sua competência. Está em que a desenvolva suficientemente para articular com as outras competências (disciplinas e conhecimentos) que, ligadas numa cadeia, formariam o anel completo e dinâmico, o anel do conhecimento do conhecimento”(p.33).***

Portanto, a empreitada do trabalho interdisciplinar representa um grande desafio e é fundamental para o projeto de promoção de saúde; na realidade a própria concepção de saúde já é marcada como um campo interdisciplinar que busca romper com “status” negativo dado ao diferente, à alteridade.

Esses desafios, transformados em compromisso e ação, especialmente na prática profissional do psicólogo na Educação, podem contribuir para alterar o problema da exclusão e do fracasso escolar, presente hoje nas escolas brasileiras. E neste sentido, mudar o conceito de “saúde” é fundamental, pois o foco deixa de ser saúde enquanto ausência de doença, passando a ser compreendida, segundo Martinez(1996), como um conjunto de fatores que se inter-relacionam (somáticos e psíquicos), permitindo ao sujeito desenvolver ações adequadas no seu contexto social para o enfrentamento das contradições que se apresentam no seu dia-a-dia. Para a autora, ***“modo de vida, salud y personalidad están intimamente relacionados entre sí y simultaneamente están intimamente vinculados a la educación”(p.20).***

O projeto de promover saúde, aponta para uma ética da transformação social, que se concretiza na atuação interdisciplinar, privilegiando o acesso ao conhecimento (socialização do saber) enquanto *instrumentalização necessária para uma ação* (fazer), que possa alterar positivamente determinada realidade individual/institucional/comunitária. Fontana(1997) utilizando-se do pensamento de Vygotsky, sintetiza a essência dessa prática,

apontando que “(...) **é no movimento mediado pelo “outro” que aprendemos e apreendemos o vivido, que nos elaboramos, que reafirmamos e transformamos o que somos, que nos desenvolvemos e nos singularizamos... Aprendizado no tempo**”(p.197)

A formação na direção da Promoção de Saúde

A formação do profissional de Psicologia, dentro dessa discussão não pode ficar de fora, pois será a forma como a ela encontra-se estruturada nas suas questões teórico/práticas, que irá apontar para uma determinada identidade profissional. A formação, hoje, via de regra, está calcada em um modelo conservador de promoção de saúde, privilegiando um modelo clínico, sustentado por teorias que têm o seu foco voltado para a descrição dos comportamentos patológicos, produzindo, dessa forma, técnicas diagnósticas voltadas tanto para a cura como para a prevenção desses comportamentos. Essa situação tem contribuído para uma consolidação da identidade do psicólogo marcada exclusivamente pelo seu caráter terapêutico, dificultando a construção de um outro perfil profissional que possa atender diferentes situações, como as institucionais e comunitárias.

Para alterar tal situação, parece ser necessário realizar, cada vez mais, discussões como as que Branco (1999) fez em seu artigo, sobre o perfil do profissional que saí, hoje, das faculdades. Diz a autora: **“que tipo de profissional queremos formar nos cursos de Psicologia? Comprometido com a mudança ou com a legitimação das relações sociais?(...) preso à áreas específicas de atuação ou capaz de lidar com questões de saúde mental dentro de uma visão de totalidade da atividade humana?”**(p.33)

Será nas discussões desse “todo indissociável”, traduzido em fenômeno psicológico, que devem surgir reflexões que incluam não só as questões éticas como também o desenvolvimento de uma postura crítica sobre as questões políticas e sociais presentes no contexto onde se dá a intervenção do profissional de Psicologia. Tais reflexões devem estar

presentes ao longo da formação, permitindo que se amplie o debate das questões teóricas da Psicologia e das práticas delas derivadas e, fundamentalmente, discutir a função social do profissional de Psicologia, dentro de uma realidade de pobreza e exclusão da maioria da população. Estas discussões podem possibilitar ao estudante a construção de uma postura ética e crítica sobre o “saber” e o “fazer” psicológico.



Essas preocupações, são parte do cotidiano de muitos psicólogos, como foi possível verificar nos discursos dos profissionais que participaram da minha pesquisa. É imperativo ampliar, cada vez mais, discussões que apontem para um novo padrão na formação, que possam subsidiar alterações no perfil conservador que ainda predomina, na maioria dos cursos presentes. Os psicólogos que apontam tais preocupações em suas reflexões sobre a formação, não fogem às questões mais amplas do movimento da categoria, na medida em que eles encontram-se, ao longo do seu tempo profissional, mergulhados neste contexto da Psicologia brasileira como construtores e sendo construídos por ele: sujeitos, tempo e contextos, produzindo profissionais de Psicologia. Esse processo de construção é assim descrito por Fontana(1997)**“(...)no tempo, vivemos e somos nossas relações sociais, produzimo-nos em nossa história.(...) No tempo nos constituímos, relembramos, repetimo-nos e nos transformamos,**

capitulamos e resistimos, mediadas pelo outro, mediadas pelas práticas e significados da nossa cultura. No tempo, vivemos o sofrimento e a desestabilização, as perdas, a alegria, e a desilusão. Nesse movimento contínuo, nesse jogo inquieto, está em constituição o nosso ser profissional” (grifo nosso, p.203).

O “movimento de transformação”, na direção de uma outra formação em Psicologia, deve ser pensada numa conceituação que amplia a noção de saúde, abarcando as condições e modos de vida das pessoas. Nessa perspectiva, as condições sociais estão intimamente ligadas ao desenvolvimento da saúde, por entender que a sociedade se estrutura pelas suas organizações sócio-econômicas e estas



2- Na pesquisa **“Psicologia: Formação, Atuação Profissional e Mercado de Trabalho”**, realizada em 1995, pelo Conselho Regional de Psicologia-06(SP/MS/MT), através do recadastramento dos psicólogos da região, os dados encontrados mostraram que a área de atuação predominante é a do consultório particular com 40,75%. Esses dados confirmam a mesma tendência, encontrada na pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia entre os anos de 85 e 87 abrangendo todas as regiões do país. Esses fatos revelam que não houve mudanças no perfil da atuação dos psicólogos ao longo dos últimos 10 anos.

acabam determinando o modo de vida dos homens presentes em cada grupo social. Para Rey(1993), **“la sociedad, con los recursos e organización de que dispone, define un conjunto de condiciones que de forma directa ou indirecta influyen sobre la salud humana”**(p.19).

O reflexo dessa outra visão de saúde na Psicologia recai diretamente na conceituação do fenômeno psicológico. Essa questão é encontrada no trabalho de Bastos e Achcar(1994), que descrevem uma mudança

na concepção do fenômeno psicológico que tem sido historicamente no Brasil **“centrado no plano individual (indivíduo a-histórico, isolado do seu contexto social)”** para uma reformulação do fenômeno psicológico **“visto na sua interdependência com o contexto socio-cultural”**(p.250)

Para desenvolver um profissional preparado para atuar nessa perspectiva é necessária a construção de espaços de reflexões que favoreçam o aparecimento de um novo profissional de Psicologia. Esse novo profissional não seria a negação da promoção de saúde baseada na identidade terapêutica de um profissional da cura, característica ainda forte entre os psicólogos² e a comunidade em geral. Implicaria na ampliação da atuação que seria a de um profissional que pode trabalhar com a promoção da saúde psicológica inserida nas questões mais amplas da vida dos indivíduos, de modo a favorecer o seu autoconhecimento, tornando-se construtor da sua própria história e da sua cidadania, dando, uma outra característica à intervenção do profissional de Psicologia.

Bock e Aguiar(1995) consideram como principal objetivo da Psicologia a promoção da saúde. Segundo as autoras, **“o psicólogo é um profissional que deve trabalhar para a promoção da saúde, superando a prática da prevenção”**(p.10). Sem negar o aspecto curativo da Psicologia, as autoras apontam que é necessário ir além de tal prática, visto que a ação preventiva trás, no seu interior, a visão da patologia, cuja lógica é a necessidade constante de desenvolver ações direcionadas ao sintomas das doenças. A mudança do enfoque passa, então, para um trabalho que não mais enfoque a doença, mas sim a saúde.

Bastos e Achcar(1994) apontam que, no modelo tradicional, a natureza da intervenção era **“focada no indivíduo “intra-psi”** cuja predominância era a **“do caráter curativo, remediativo”**. Os movimentos de transformação de um novo modelo passam a privilegiar uma intervenção mais **“centrada em contextos, em grupos, ação preventiva , prospectiva”** (p.255). É na busca desse novo profissional que é possível apontar como a formação pode, de fato, propiciar a profissionalização das ações do psicólogo

voltada para a maioria da população, em consonância com a realidade brasileira, buscando compreender, dentro da sua característica de profissional, o “fenômeno psicológico” traduzido nas “subjetividades” que se apresentam no contexto social, seja este contexto institucional e/ou individual.

A formação, nesta perspectiva, deve procurar romper com o distanciamento entre ciência e prática, presente, segundo Francisco e Bastos(1992), no modelo dominante. Para os autores “**o modelo dominante de formação não articula o processo unificado à formação científica(para a produção de conhecimento) e à formação tecnológica(para a prestar serviços)**”(p.216). A consequência deste modelo é a predominância de uma formação tecnicista que tem por finalidade principal o domínio, por parte do futuro profissional, de técnicas do “como fazer”, aprofundando a distância entre prática profissional e geração de conhecimento científico.

Superar tal situação exige uma nova articulação entre ciência e prática, buscando caminhos para uma efetiva integração. Dentro deste enfoque, segundo os autores, questões como diferentes concepções do fenômeno psicológico presentes nas teorias, estágios, trabalho interdisciplinar, pesquisa, habilidades técnicas, compromisso ético e político, passam por uma revisão capaz de provocar rupturas importantes, entre elas a de “**entender a necessidade de uma intervenção social-política para além do individual**”(p.220).

É importante acrescentar que a produção da Psicologia, até por força da sua constituição enquanto Ciência, restringe-se à busca de desvendar os fenômenos psicológicos, produzindo conhecimento e teorias psicológicas; mas nas intervenções em situação real, esses mesmos fenômenos psicológicos estão interagindo com outras variantes que são analisadas por outras áreas do conhecimento ou por equipes interdisciplinares. Dessa forma, é fundamental adquirir aprendizagens, no período da Formação, que possam instrumentalizar o aluno a desenvolver ações conjuntas com outros profissionais.

Como apontam Bastos e Achcar(1994), “**a natureza complexa dos fenômenos que demandam a intervenção do psicólogo, nos diversos domínios do seu campo de atuação, aliada às concepções emergentes que procuram ver o fenômeno psicológico nas suas interações, conduz à necessidade de integração de múltiplas perspectivas profissionais**”. Dessa forma, o trabalho junto a outros profissionais torna-se “**um imperativo para que o enfrentamento do problema seja congruente com as múltiplas facetas que ele assume**”(p.254).



É possível concluir que, nesse amplo processo de reflexões que apontam as contradições e as possibilidades de superá-las, já está em curso a construção de uma prática profissional,

cuja *identidade* está se configurando na direção de um novo conceito de saúde, conforme aponta Branco(1999) **“não deve haver dúvida de que o profissional que pretendemos formar se comprometerá com a promoção da saúde. Para tal, não poderá legitimar as relações de violência instituídas da sociedade. A saúde envolve a eliminação da fome, da miséria, da ignorância e de qualquer forma de opressão. O compromisso do psicólogo só poderá ser com a mudança social”**(p.34).

Considerações Finais

A promoção de saúde aparece como uma condição importante para que haja uma mudança de práticas profissionais, havendo, porém, a necessidade de se alterar o próprio conceito de saúde enquanto ausência de doença, hoje fortemente presente nas representações dos profissionais de Psicologia, derivando uma atuação eminentemente curativa.



No campo específico da atuação da Psicologia na Educação, esse novo conceito de saúde já aparece nos debates. Martínez(1996), por exemplo, descreve a escola como um espaço vital para a promoção de saúde, destacando que tal promoção é função do conjunto da sociedade e das suas instituições. Segundo a autora **“La nueva concepción de salud que presentamos guarda una relación mas**

evidente com el proceso educativo. A partir de ella podemos analizar el papel de la escuela, como una das instituciones básicas de la sociedad, en el proceso de salud”(p.20).

Nessa ótica, Neves(1997), em seu trabalho de tese realizado junto a um grupo de professores, considera que **“o importante é construirmos uma nova possibilidade de intervenção psicológica”** apontando para uma intervenção que não fique somente na resolução do problema já posto, mas que busque novas formas de promover saúde que ela define como **“um trabalho de re-significações das relações e experiências vividas como mantenedoras da exclusão e exploração”**.(p.247).

A grande aprendizagem que toda essa discussão pode desencadear, junto aos psicólogos, será o de construir discussões coletivas que poderão caracterizar uma identidade profissional, baseada na instrumentalização técnica apoiada numa visão teórica consistente, compreendendo de forma crítica a função social da profissão no contexto brasileiro.

A compreensão da natureza política da prática profissional do psicólogo poderá criar circunstâncias que estabeleçam compromissos concretos para responder indagações que estão presentes no seu cotidiano, como estas: como romper com a ideologia liberal ainda fortemente presente nas concepções teóricas e práticas profissionais dos psicólogos? Como estruturar um modelo de formação e atuação que atenda à maioria da população, com o objetivo ético de buscar garantir a essa população a apropriação da sua condição humana?

Entendemos que o projeto de promover saúde, através da prática psicológica, em especial na Educação, necessita, no processo de sua construção, ter como base duas dimensões fundamentais. Uma é dimensão ética, que se compõe pela solidariedade ao outro e *com o outro*, onde segundo Guareschi(1998) **“reconhecemos o outro como uma pessoa com quem entramos em diálogo e que, na convivência, é essencial à nossa realização humana, e não como simples indivíduo que está ao nosso lado,**

com quem entramos em contato pelo simples motivo da sobrevivência, em competição potencial conosco”, ou seja, compreendendo o ser humano como um ser dialógico em sua singularidade e alteridade, cuja **“subjetividade é composta por milhões de relações que estabelece durante toda sua existência”**(p.18). Nessa visão relacional entre os homens, a concretude da ética determina que não haja alguém privado dos direitos sociais básicos da vida, senão ela se torna inócua, abstrata.

A outra é a dimensão política do compromisso com a transformação social. Camino(1998) discute a responsabilidade social da Psicologia e sua relação com a construção dos Direitos Humanos. Para o autor é possível **“(…) afirmar que a Psicologia participa claramente nos processos de exclusão/inclusão que se desenvolvem no interior das sociedades, a partir da maneira de definir as diferenças sociais e culturais: diferenças como as de gênero, raça, normalidade etc.”**. Longe de simplificar a Psicologia segundo uma visão maniqueísta, o autor afirma que é necessário **“(…) que o avanço nas definições psicológicas dos diversos grupos sociais não decorra só da acumulação de informações sobre esses grupos, mas também da oposição de visões que se desenvolvem em função das pertencimentos sociais e das ideologias dos diversos grupos que investigam esses problemas”**(p.60).

Pode-se afirmar que os construtores da Psicologia são sujeitos históricos e mergulhados no contexto ideológico da época. As diversas idéias psicológicas sobre o homem, que compõem a ciência Psicológica e as suas práticas profissionais, refletem as contradições e as complexidades presentes no interior de uma dada sociedade em um determinado momento histórico. Portanto, é necessário superar uma consciência ingênua para poder realizar análises que apoiem as múltiplas variantes que determinam o aparecimento e desenvolvimento do conhecimento científico, onde figura, entre outras, a Ciência Psicológica.

Ao direcionar essas duas dimensões, ética e política, frente à realidade tão antagônica de miséria de muitos e riqueza de poucos em

nosso país, visando a um projeto de promoção de saúde na Educação, o que aparece como prioridade é o de mudar a política atual que impõe um quadro da exclusão da maioria das crianças brasileiras do acesso e permanência na escola. Este fato vem privando essa população do conhecimento acumulado e sistematizado pela cultura, tornando-se um grave problema ético pela ausência de um Direito Básico que é o da Educação. Não é possível ficar indiferente frente a esta realidade tão dramática. Valls(1996) descreve bem essa dramaticidade com a qual nos defrontamos. Diz ele: **“(…) se é verdade que as grandes reformas de que nosso país necessita não são questões apenas éticas, mas também políticas, o inverso não é menos verdade: não são só políticas, são questões éticas que desafiam o nosso sentido ético”**(p.73).



Como é possível, então, construir projetos de promoção de saúde que alterem tal situação? Não há uma resposta fácil e simples. No entanto parece importante iniciarmos através do exercício dialético da ação-reflexão-ação, com o objetivo de fortalecer e qualificar essa tarefa que é árdua, e fundamentalmente, coletiva e interdisciplinar, para podermos propiciar a constituição de uma outra identidade profissional para o psicólogo.

Sobre a questão da construção da identidade profissional, considero interessante a analogia que Fontana(1998) faz sobre essa temática, com o complexo aprendizado de bordar. Diz ela: ***“Assim, o nosso começo, começa pelo “em se fazendo” por entre múltiplos fios colocados juntos, enlaçados, entrelaçados, que em movimento compõem tramas diversas. (...) mas o bordado não é mágico, ele se faz com/pelo trabalho, nos acontecimentos, no tempo(...) introduzimos***

novos pontos no bordado, suprimos outros, revemos planos, misturamos cores e fios... Tecendo e destecendo, constituímos como profissionais”(p.198).

Este parece que será o nosso grande desafio, o de buscar tecer, entre os nossos múltiplos fios, outras formas e cores, que poderão desenhar, no nosso *dever profissional*, um bordado novo, no qual possamos nos reconhecer como construtores!

Maria de Lourdes Jeffery Contini

Rua 13 de junho, 1615/apto 603 CEP:79331-070 -
Corumbá MS. Tel: (067) 231.2239
E-mail: contini@pantanalnet.com.br



Recebido em 00/00/99 - Aprovado em 00/00/99

Andaló, C. S. J. de A (1986). O papel do psicólogo escolar. *Psicologia Ciência e Profissão*, 4, nº 1, 43-46.

Bastos, A.V.B. & Achcar, R. (1994). Dinâmica profissional e formação do psicólogo. Em: Conselho Federal de Psicologia. *Psicólogo Brasileiro. Práticas emergentes e desafios para a formação*(pp. 245-271). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Bock A. M. B. & Aguiar, W. M. J.(1995). Por uma prática promotora de saúde em Orientação Vocacional. Em: Bock, A M. B. et al. *A escolha profissional em questão*(pp. 9-23). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Bleger, J. (1992). *Psico-Higiene e Psicologia Institucional*. 3ª ed., Porto Alegre: Artes Médicas.

Branco, M.T.C.(1999). Que Profissional Queremos formar? *Psicologia Ciência e Profissão*.18, nº 3, 28-35.

Camino, L. (1998). Direitos Humanos e Psicologia. Em: Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. *Psicologia, Ética e Direitos Humanos*. Brasília, CFP.

Contini, M.L.J. (1998) *O Psicólogo e a Promoção de Saúde na Educação*. Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas.

Capra, F. (1982). *O ponto de Mutação*. São Paulo, Cultrix.

Fazenda, I.C.A. (1994). *Interdisciplinariedade: história e pesquisa*. Campinas, Papirus.

Fontana, R.C.A. (1998). *Como nos tornamos professoras: aspectos da constituição do sujeito como profissional da educação*. Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas.

Francisco, A. L. & Bastos, A.V.B.(1992). Conhecimento, Formação e Prática - o necessário caminho da integração. Em: Conselho Federal de Psicologia, *Psicólogo Brasileiro - Construção de novos espaços*(pp.211-237). Campinas, Ed. Átomo.

Gomes, V.L.T. (1995). *Atuação do psicólogo escolar: teoria, prática e compromisso social*. Tese de Doutorado, IP/USP, São Paulo.

Guareschi, P. A. (1998). Ética, Justiça e Direitos Humanos. Em: Conselho Federal de Psicologia. *Psicologia, Ética e Direitos Humanos*(pp.9-19). Brasília, CFP.

Grandella, Jr. O(1990). Psicólogo (ser ou não ser?) escolar ou um ator à busca de um papel. Em: *Programa e Resumos da XX Reunião Anual de Psicologia da SPRP*. Ribeirão Preto.

Machado, V. L. S et al.(1982) Psicólogo e o Orientador Educacional na escola: conflito ou cooperação? Em: *Programa e Resumos da XII Reunião Anual de Psicologia da SPRB*. Ribeirão Preto.

Machado, A. M. & Souza, M.PR. & Sayão, Y.(1997). As classes especiais e uma proposta de avaliação psicológica. Em: Conselho Regional de Psicologia/06, *Educação Especial em Debate*. São Paulo, Crp/06.

Maluf, M. R. Psicologia e Educação: paradoxo e horizontes de uma difícil relação. Em: *I Congresso Nacional de Psicologia Escolar. Identidade e Perspectiva*.(Anais), Campinas, ABRAPEE/PUCCAMP, Ed. Átomo.

Martínez, A M.(1996). La escuela: un espacio de promocion de salud. *Psicologia Escolar Educacional*, 1, nº 1, 19-24.

Morin, E.(1985). *O problema epistemológico da complexidade*. Lisboa, Europa/América.

Patto, M. H. S.(1984). *Psicologia e Ideologia: uma visão crítica da Psicologia Escolar*. São Paulo, T.A Queiroz.

Rey, F.G.(1993) *Personalidad, Salud y Modo de Vida*. México, UNAM.

Sato, L. (1992) O psicólogo e a saúde do trabalho na área sindical. Em: Campos, F.C.B.(org). *Psicologia e Saúde: repensando práticas*. São Paulo, Hucitec.

Sawaia, B. B.(1995). A falsa cisão retalhadora do homem. Em: Martinelli, M. L. et al.(org.). *O Uno e o Múltiplo nas relações entre as áreas do saber*(pp.96-109). São Paulo,Cortez/Educ.

Severino, A.J. (1995). O poder da verdade e a verdade do poder. Em: Martinelli, M. L. et al.(org.). *O Uno e o Múltiplo nas relações entre as áreas do saber*(pp.46-57). São Paulo,Cortez/Educ.

Valls, A.L.M. (1996) *O que é Ética*. São Paulo, Brasiliense. Coleção Primeiros Passos:177. (Originalmente publicado em 1986).

Zanelli, J. C.(1992). *A formação profissional e atividades de trabalho: uma análise das necessidades identificadas por psicólogos organizacionais*. Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas.

Referências bibliográficas